

**RCD nos EDv nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM
RECURSO ESPECIAL Nº 1.319.852 - SP (2018/0162006-3)**

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
REQUERENTE : BOMBRIL S/A
ADVOGADOS : RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH - DF026966
FELIPE NOBREGA ROCHA - SP286551
FLAVIO ANTONIO ESTEVES GALDINO - SP256441
ALEX JESUS AUGUSTO FILHO - SP314946
RAPHAEL NOGUEIRA BESSA DE ARAUJO - DF052401
SOC. de ADV. : RODRIGO MUDROVITSCH ADVOGADOS
REQUERIDO : EMBALAGENS FLEXIVEIS DIADEMA S/A
ADVOGADOS : JOSÉ ANTÔNIO MIGUEL NETO E OUTRO(S) - SP085688
CAMILA REZENDE MARTINS - SP247936
PAULO MAGALHÃES NASSER - SP248597
RODRIGO LUCAS DA SILVA PEREIRA DA GAMA ALVES -
SP370238
THAMIRES DE OLIVEIRA LODUCA - SP384663

DESPACHO

Vistos etc.

A agravante aduz às fls. 1.432 - 1.490 a ocorrência de fato novo, capaz de reforçar sua pretensão formulada em sede de Agravo Interno, consistente na diretriz fixada por ocasião do julgamento pela Corte Especial do Recurso Especial n. 1.813.684 - SP, que restou assim ementado:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. FERIADO LOCAL. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO NO ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO. NECESSIDADE. SEGURANÇA JURÍDICA. PROTEÇÃO DA CONFIANÇA.

1. O novo Código de Processo Civil inovou ao estabelecer, de forma expressa, no § 6º do art. 1.003 que "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso". A interpretação sistemática do CPC/2015, notadamente do § 3º do art.

1.029 e do § 2º do art. 1.036, conduz à conclusão de que o novo diploma atribuiu à intempestividade o epíteto de vício grave, não havendo se falar, portanto, em possibilidade de saná-lo por meio da incidência do disposto no parágrafo único do art. 932 do mesmo Código.

2. Assim, sob a vigência do CPC/2015, é necessária a comprovação nos autos de feriado local por meio de

Superior Tribunal de Justiça

documento idôneo no ato de interposição do recurso.

3. Não se pode ignorar, todavia, o elástico período em que vigorou, no âmbito do Supremo Tribunal Federal e desta Corte Superior, o entendimento de que seria possível a comprovação posterior do feriado local, de modo que não parece razoável alterar-se a jurisprudência já consolidada deste Superior Tribunal, sem se atentar para a necessidade de garantir a segurança das relações jurídicas e as expectativas legítimas dos jurisdicionados.

4. É bem de ver que há a possibilidade de modulação dos efeitos das decisões em casos excepcionais, como instrumento vocacionado, eminentemente, a garantir a segurança indispensável das relações jurídicas, sejam materiais, sejam processuais.

5. Destarte, é necessário e razoável, ante o amplo debate sobre o tema instalado nesta Corte Especial e considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança, da isonomia e da primazia da decisão de mérito, que sejam modulados os efeitos da presente decisão, de modo que seja aplicada, tão somente, aos recursos interpostos após a publicação do acórdão respectivo, a teor do § 3º do art. 927 do CPC/2015.

6. No caso concreto, compulsando os autos, observa-se que, conforme documentação colacionada à fl. 918, os recorrentes, no âmbito do agravo interno, comprovaram a ocorrência de feriado local no dia 27/2/2017, segunda-feira de carnaval, motivo pelo qual, tendo o prazo recursal se iniciado em 15/2/2017 (quarta-feira), o recurso especial interposto em 9/3/2017 (quinta-feira) deve ser considerado tempestivo.

7. Recurso especial conhecido." (REsp 1813684/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 02/10/2019, DJe 18/11/2019)

Assim, pretende "[...] que se realize o cabível juízo de retratação, nos termos do artigo 1.021, § 2º, CPC ou, caso entenda melhor, que se leve o presente agravo interno para julgamento pelo colegiado" (fl. 1.435).

Ocorre que o Agravo Interno já está devidamente pautado, e o petitório ora apresentado será examinado por ocasião do seu julgamento, inexistindo qualquer outra providência a ser tomada neste momento.

Superior Tribunal de Justiça

I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

